



Fundado em 19 de julho de 2000  
por Carlos Roberto Coutinho

Vitória, 11 de junho de 2026 )) Ano XXV )) Nº 1318  
Edição Gratuita Diário )) www.eshoje.com.br

/eshoje @eshoje eshoje eshoje

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

## ARTIGO

Para quem atua na  
proteção animal, a violência  
não desaparece nunca )) 2



## CULTURA

Farley José compartilha  
processos de pesquisa  
em oficina na Fafi )) 4



# Eleições 2026: mudanças partidárias X peso do voto

Entender essas regras é fundamental para o eleitor compreender o valor do voto na urna eletrônica e saber quem, de fato, é dono do mandato confiado )) 3

ILUSTRAÇÃO



VICTOR LINHALIS

# Crueldade animal não é entretenimento

Há algo profundamente adoecido em uma sociedade que transforma sofrimento em espetáculo.

Quando casos de crueldade contra animais vêm à tona, a indignação coletiva costuma durar poucos dias. Foi assim no brutal caso do cão Orelha, que chocou o país. E voltou a acontecer nesta quinta-feira (28), com a prisão de uma empresária acusada de torturar, matar animais e comercializar vídeos das agressões na internet.

As redes sociais se revoltam, os vídeos circulam, discursos aparecem. Depois, o assunto esfria. Mas, para quem atua diariamente na proteção animal, a violência nunca desaparece. Ela continua acontecendo atrás de muros, dentro de casas, em terrenos abandonados e, agora, também diante da tela de um celular.

O mais grave não é apenas a

violência. É a banalização dela.

Existe hoje uma indústria silenciosa alimentada pela perversidade, pela omissão e pela sensação de impunidade. Pessoas lucram com a dor. Monetizam sofrimento. Transformam vidas indefesas em conteúdo.

E isso exige mais do que indignação momentânea. Exige fiscalização, punição e coragem política.

Formado em Direito e com trajetória ligada à medicina veterinária, acompanhei de perto inúmeros casos de abandono, maus-tratos e negligência. Como deputado federal, transformei essa vivência em compromisso legislativo.

Na Câmara dos Deputados, atuei como relator do PL 46/2021, ao qual foi pensado o

PL 1.432/2021, projetos que obrigam fabricantes de produtos pet, clínicas veterinárias e estabelecimentos do setor a divulgarem informações sobre maus-tratos e canais oficiais de denúncia.

Pode parecer simples, mas não é. Informação salva vidas. Denúncia salva vidas. Muitas pessoas ainda não sabem identificar um crime ou sequer conhecem os mecanismos legais para denunciar.

Também relatei o projeto de lei (PL) 2519/2023, que institui o Abril Laranja como mês nacional de conscientização e prevenção da crueldade contra animais, fortalecendo campanhas educativas e ampliando o debate sobre tutela responsável e proteção animal.

Mas o enfrentamento precisa ir além da conscientização.

É necessário endurecer penas para crimes de maus-tratos, fortalecer delegacias especializadas, ampliar estruturas de resgate e garantir que municípios tenham suporte para executar políticas públicas permanentes de proteção animal.

O Brasil avançou nos últimos anos, mas ainda avança lentamente diante da brutalidade dos casos que surgem diariamente.

Por isso, seguimos defendendo essa pauta e ouvindo quem está na linha de frente da causa animal. Em nosso site, a população encontra um canal permanente de Ouvidoria para denúncias de maus-tratos, com acesso também pelo link dispo-

nível na rede social Instagram.

A causa animal não pode continuar sendo tratada como pauta secundária ou meramente emocional. Ela é tema de saúde pública, segurança, educação e responsabilidade social.

Quem agride um animal demonstra uma ruptura moral. E a própria ciência já mostrou a relação entre violência contra animais e violência contra seres humanos.

Ignorar isso é fechar os olhos para um problema social muito maior. Defender os animais não é “humanizar bichos”. É impedir que a crueldade se normalize.

Porque uma sociedade que se acostuma com a dor de um ser indefeso começa, aos poucos, a perder a própria humanidade.

Vamos construir juntos os próximos capítulos dessa

HISTÓRIA?



h) ESHOJE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

A opinião dos colunistas não reflete o posicionamento do veículo.

TIRAGEM: Publicação digital e impressa  
CIRCULAÇÃO: Grande Vitória e digital  
PERIODICIDADE: Diários

Rua Carlos Lindenberg, 40.  
Ed San Gennaro, sala 201. Jardim Camburi. Vitória ES. Cep 29092-110  
Tel. 27 2180-0678  
www.eshoje.com.br  
redacao@eshoje.com.br

DIRETOR GERAL  
Carlos Roberto Coutinho  
carlos@eshoje.com.br

DIRETORA ADMINISTRATIVA  
Bianca Coutinho  
bianca@eshoje.com.br

DIRETORA DE REDAÇÃO  
Danieleh Coutinho - MTB/ES 2694-JP  
danihcourtinho@eshoje.com.br

PROJETO GRÁFICO  
Renon Pena de Sá  
www.ellaform.com.br

FOTOGRAFIAS  
Arquivo  
redacao@eshoje.com.br

DIAGRAMAÇÃO  
Jeferson Louis - MTB/ES 3605/ES

REDAÇÃO  
Carolina Boueri  
Esthefany Mesquita  
Giulia Reis  
Mariana Cicilioti  
Mary Martins

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS:

Instagram /eshoje

Twitter @eshoje

Facebook eshoje

YouTube eshoje

# O troca-troca partidário e o peso de cada voto

Compreensão de janela partidária e fidelidade eleitoral devolve o poder de fiscalização

DANIELEH COUTINHO  
jornalismo@eshoje.com.br

O cenário político brasileiro passou por uma intensa movimentação de bastidores. Deputados federais, estaduais e distritais de todo o país correram contra o tempo para mudar de legenda antes do encerramento da chamada "janela partidária". Embora o prazo para essas alterações já tenha se esgotado para o ciclo das Eleições de 2026, o tema continua gerando muitas dúvidas na cabeça do eleitor. Afinal, por que os políticos mudam tanto de partido? Por que alguns podem mudar livremente e outros correm o risco de perder o cargo se o fizerem?

Para compreender essa dinâmica, é preciso dar um passo atrás e entender que, no Brasil, o sistema eleitoral trata os cargos de forma diferente a depender da função exercida. Entender essas regras é fundamental para que o cidadão compreenda o real valor do seu voto na urna eletrônica e saiba de quem é, de fato, o mandato que ele ajudou a eleger.

Diferente de outros países onde existem candidaturas avulsas, no Brasil ninguém pode se candidatar sem estar oficialmente filiado a um partido político. Nas eleições gerais de 2026, o eleitor depositará seis votos na urna eletrônica. Desse total, dois votos são destinados a cargos proporcionais: um para deputado federal e outro para deputado estadual (ou distrital, no caso dos moradores do Distrito Federal).

É aqui que mora o ponto central da confusão: no sistema proporcional, o mandato não pertence ao político, mas sim ao partido ou à federação partidária pela qual ele foi eleito. O cidadão, ao votar em um candidato a deputado, está, antes de tudo, transferindo aquele voto para a legenda.

O cálculo do sistema proporcional leva em conta o Quociente Eleitoral (a soma de todos os votos válidos dividida pelo número de vagas disponíveis). Isso significa que um candidato muito votado pode "puxar" outros colegas de partido que tiveram votações expressivamente menores. Como as vagas são conquistadas pe-

la força da legenda como um todo, a legislação eleitoral brasileira estabelece que o parlamentar deve fidelidade ao partido que lhe garantiu a cadeira. Se ele decidir abandonar a sigla no meio do caminho sem uma justificativa legal, comete infidelidade partidária e a vaga volta para o partido, sendo assumida pelo suplente.

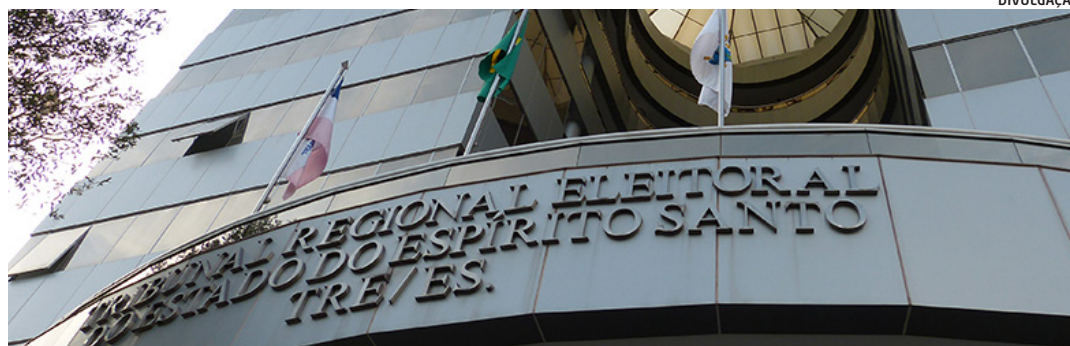
Por outro lado, os cargos do Poder Executivo (Prefeito, Governador e Presidente da República) e do Senado Federal seguem uma lógica completamente diferente: o sistema majoritário. Nesse modelo, a regra é simples e direta: o candidato que obtiver a maioria dos votos (ou mais de 50% nos municípios e estados com segundo turno) é o vencedor.

No sistema majoritário, a Justiça Eleitoral entende que o mandato pertence à pessoa eleita, dada a personalização da campanha. Portanto, prefeitos, governadores, senadores e o presidente podem trocar de partido ao longo do mandato sem o risco de perderem seus cargos por infidelidade partidária.



Eleitores precisam entender mudanças de partidos para reconhecer os candidatos e seus interesses

## A busca pela "justa causa"



É a Justiça Eleitoral que autoriza as mudanças ou saídas de partidos fora da "janela" partidária

SE A regra para os deputados é a fidelidade e a proibição de desligamento, como explicar as ondas de trocas de partido que vemos nos anos eleitorais? A resposta está na "janela partidária", uma válvula de escape criada pela Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995) e chancelada na Reforma Eleitoral/2015.

A regra serve apenas para os cargos que estão em jogo naquele ano específico. A intenção do legislador foi permitir um realinhamento político legítimo. Muitas vezes, ao longo de quatro anos, os blocos partidários se fundem, mudam de diretriz ou o parlamentar perde espaço político dentro da própria legenda. A janela permite que essas forças se acomodem de maneira legal antes que as convenções partidárias definam quem serão os novos candidatos.

O que acontece se um deputado quiser mudar de partido fora do período da janela partidária? Ele te-

rará que acionar a Justiça Eleitoral e comprovar uma das hipóteses de "justa causa" previstas por lei.

Comprovar a justa causa, contudo, é uma tarefa complexa. O político precisa reunir um robusto conjunto de provas e documentos, pois a palavra final é sempre do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Na prática, a Justiça Eleitoral costuma ser rigorosa. Em um caso recente ocorrido em 2024, o TSE casou o mandato de um vereador de Boa Vista (Roraima). O parlamentar havia deixado a sua antiga legenda alegando sofrer grave discriminação política e pessoal. No entanto, seguindo o parecer do Ministério Público Eleitoral, os ministros consideraram que as provas apresentadas eram frágeis e insuficientes para sustentar a denúncia. Como o motivo não foi formalmente reconhecido, a troca foi declarada ilegal e o político perdeu o cargo.

## Por que o eleitor deve entender?

A compreensão da janela partidária e da fidelidade eleitoral devolve ao cidadão o poder de fiscalização. Quando um deputado muda de partido, ele altera a correlação de forças dentro do Congresso Nacional ou das Assembleias Legislativas. Partidos que eram pequenos podem se tornar gigantes da noite para o dia, ganhando mais tempo de televisão e fatias maiores do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral — recursos que são públicos.

Ao acompanhar essas mudanças, o eleitor consegue avaliar se o candidato em quem ele votou mantém a coerência ideológica e os compromissos firmados na campanha anterior ou se cedeu ao pragmatismo das vantagens eleitorais. No fim das contas, fiscalizar a fidelidade partidária é defender a própria legitimidade do voto depositado na urna.

criação por IA/ESHOJE

DIVULGAÇÃO

# Copa 2026: ir a bares nos jogos ficou mais caro

Gasto fora de casa supera inflação geral; TVs e internet aliviam orçamento de quem não sai

REDAÇÃO MULTIMÍDIA  
jornalismo@eshoje.com.br

FOTOS: REPRODUÇÃO DA INTERNET

Os torcedores brasileiros que planejam acompanhar os jogos da Copa do Mundo de 2026 em bares e restaurantes devem se preparar para enfrentar o peso da inflação. Ir assistir às partidas fora de casa ficará visivelmente mais caro do que investir em uma televisão nova ou optar por assinar serviços de transmissão para ver as disputas no conforto do lar. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) revelam que as despesas ligadas ao consumo fora do ambiente doméstico acumulam altas expressivas, posicionando-se muito acima do índice de inflação geral registrado no país.

De acordo com a pesquisa, os estabelecimentos comerciais como restaurantes registraram uma variação de preços de 7,28% no acumulado de 12 meses encerrados em abril de 2026. No mesmo período, outros itens tradicionais do cardápio dos torcedores também subiram: os sanduíches avançaram 5,74%, enquanto os refrigerantes e a água mineral consumidos fora de casa registraram alta de 5,08%. Esses números chamam a atenção quando comparados ao Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-BR), que calculou uma inflação oficial bem mais moderada para o período, fixada em 3,84%.

“Muitas vezes, as pessoas simplesmente se deslocam até um barzinho para assistir a um jogo importante e não refletem muito sobre os custos operacionais envolvidos, mas esses serviços subiram de forma expressiva nos últimos meses”, avalia André Braz, economista e coordenador dos índices de preços do FGV Ibre.

Em um sentido totalmente oposto ao encarecimento dos bares, os gastos residenciais vinculados diretamente à transmissão das partidas de futebol apresentaram um comportamento de preços muito mais ameno e controlado.

A mensalidade dos planos de

“As pessoas se deslocam até o bar para assistir a um jogo e não refletem sobre os custos disso”

André Braz, economista



Seja em casa ou na rua, a Copa do Mundo desse ano deve pesar menos no bolso dos brasileiros do que a edição realizada no Qatar (2022)

internet, por exemplo, acumulou queda real de 2,14% nos últimos 12 meses. O preço médio cobrado pelos novos aparelhos de televisão oscilou apenas 0,91% para cima, enquanto os artigos esportivos oficiais registraram recuo médio de 0,27%.

“O que chamava atenção nas últimas edições da Copa era a corrida para trocar o aparelho de TV. Hoje, a tecnologia atual já atingiu um patamar de maturidade em que o equipamento não precisa ser substituído com tanta frequência. Quem se organizou para comprar uma televisão não vai enfrentar desafio econômico, porque os preços de mercado praticados agora estão semelhantes aos encontrados há um ano”, complementa Braz.

A disparidade fica evidente na simulação feita pela FGV para traçar o perfil do torcedor. No cenário batizado de “Copa no sofá”, voltado a quem prefere ficar em casa, os itens de consumo privado variaram perto da média nacional. As plataformas de streaming subiram 4,21%, os biscoitos avançaram 4,73%, o milho de pipoca registrou alta de 4,50% e a cerveja residencial teve reajuste de 3,75%.

## Do sofá para o bar

JÁ NA simulação “Copa no bar”, a pressão sobre o orçamento é bem maior. O grupo que reúne alimentação em restaurantes, sanduíches, doces e salgados anotou elevação expressiva de 7,78%, evidenciando o encarecimento da experiência urbana.

Para quem deseja fugir dos bares mas não abre mão da reunião de amigos, o churrasco surge como uma opção tradicional de lazer.

De forma geral, a Copa de 2026 deve pesar menos no bolso dos brasileiros do que a edição realizada no Qatar em 2022. Isso porque a cesta de produtos do churrasco acumula alta de 3,1% em 12 meses, contra expressivos 12,54% observados nas vésperas do Mundial passado.

Essa desaceleração reflete um cenário econômico menos pressionado do que o vivenciado no pós-pandemia, quando os alimentos registraram reajustes recordes. Naquela época, a cebola acumulava alta de 151,76%, enquanto a maionese e os produtos panificados avançavam



O que pega no bolso do consumidor em bares é o preço da cerveja

30,64% e 20,55%.

Apesar do alívio estatístico, alguns itens continuam salgados. Entre as maiores altas da cesta atual aparecem a própria cebola, com avanço de 14,19%, e as carnes, que subiram 7,45%. A cerveja de mercado subiu 5,1%,

enquanto refrigerantes e água tiveram alta de 5,59%.

Felizmente, parte desse impacto foi compensada por outros produtos essenciais de hortifrúti. Nos últimos 12 meses, o alho ficou 26,31% mais barato e o tomate recuou 7,83%.

# Vacina contra dengue: os direitos dos capixabas

Após suspensão, advogado explica regras de segurança, deveres do Estado e ações preventivas

ESTHEFANY MESQUITA  
jornalismo@eshoje.com.br

A suspensão temporária da vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan (Butantan-DV), motivada pela investigação de reações adversas graves, acendeu o alerta na saúde pública nacional e trouxe reflexos imediatos para o Espírito Santo. A medida cautelar, baseada no Princípio da Precaução previsto nas leis federais 9.782/1999 e 6.360/1976, paralisou a aplicação das doses em todo o país após o Ministério da Saúde registrar 42 eventos adversos graves em um universo de 500 mil pessoas vacinadas — o equivalente a apenas 0,008% dos imunizados —, incluindo dois óbitos cuja relação de causa e efeito com a vacina ainda não foi comprovada.

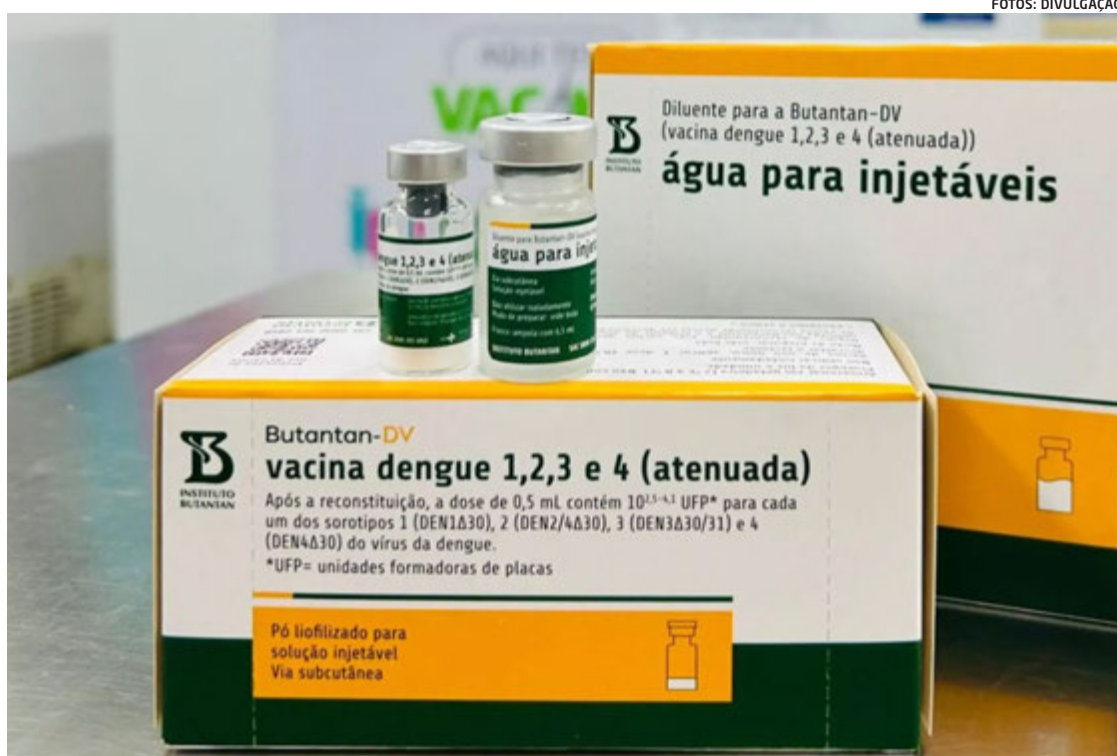
O freio preventivo foi respaldado pelo Comitê Interinstitucional de Farmacovigilância de Vacinas e Outros Imunobiológicos (CIFAVID) e pela Câmara Técnica de Assessoramento de Imunização (CTAI). No território capixaba, onde a batalha contra o mosquito *Aedes aegypti* é uma constante nos 78 municípios, o cenário exige união entre vigilância médica ativa e esclarecimento jurídico para evitar pânico ou desinformação.

Para analisar os impactos regu-

latórios do caso e detalhar os direitos assegurados aos cidadãos capixabas, o presidente da Comissão de Direito Médico da Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional Espírito Santo (OAB-ES), Eduardo Amorim, detalhou as regras de amparo legal ao paciente. Segundo o especialista, o atual momento não representa uma falha de controle, mas sim o funcionamento rigoroso dos sistemas de monitoramento pós-mercado.

"A suspensão temporária mostra que o sistema de vigilância sanitária cumpre o seu papel protetivo. O órgão regulador identificou um sinal de alerta suficiente para interromper de forma preventiva a vacinação enquanto apura se há nexos causal entre os sintomas relatados e as doses", avalia Amorim. Ele ressalta que o desafio reside em equilibrar o direito à saúde e à precaução com o avanço do desenvolvimento científico.

No âmbito jurídico, a legislação brasileira divide a responsabilidade civil em três esferas distintas em casos de acidentes de consumo ou reações a medicamentos. O Instituto Butantan, como laboratório fabricante, possui responsabilidade objetiva com base no artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Isso significa que, se houver dano decorrente de defeito no produto, o fabricante responde independentemente da existência de culpa, embora a lei admita excludentes, caso fique provado que o



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Suspensão decidida pelo Comitê de Farmacovigilância de Vacinas e Outros Imunobiológicos e a CTAI

defeito inexistia no momento em que o produto foi colocado em circulação no mercado brasileiro.

Por sua vez, o Estado — o que inclui a União e, por extensão executiva, as redes públicas de saúde — responde sob a teoria do risco administrativo, estabelecida no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal. Como o Poder Público é o executor definitivo das campanhas nacionais de imunização e o responsável por adquirir e distribuir os insumos pelo

Sistema Único de Saúde (SUS), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mantém jurisprudência sólida no sentido de amparar o cidadão em casos de danos causados por imunizantes públicos.

Já a Anvisa só poderia ser responsabilizada judicialmente se ficasse demonstrada omissão ou demora injustificada diante de riscos previamente conhecidos, o que é afastado pela atual postura ágil e proativa da agência.

"Para os cidadãos que eventualmente sofrerem danos com-

provadamente vinculados a qualquer vacina, a legislação assegura o direito à reparação civil integral, abrangendo danos materiais, morais e estéticos, além do tratamento médico integral e totalmente custeado pelo SUS, sem nenhum tipo de ônus financeiro ao paciente", destaca o presidente da Comissão de Direito Médico da OAB-ES, pontuando que o acesso ao Poder Judiciário capixaba é um direito constitucional garantido a qualquer família que suspeite de irregularidades.

## Equilíbrio no cenário capixaba

A APURAÇÃO técnica acerca da segurança da vacina do Butantan segue diretrizes de boas práticas de farmacovigilância estipuladas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) número 204/2017 da Anvisa. A investigação detalhada transcorre por meio de três etapas obrigatórias e coordenadas de maneira conjunta pela agência reguladora, pelo Ministério da Saúde e pelo próprio laboratório produtor: Detecção e notificação, análise e decisão regulatória. A partir daí a decisão para suspender, neste momento, de forma temporária.

O Espírito Santo tem um histórico consolidado de engajamento em campanhas vacinais, o que ajudou o país a consolidar a redução de 97% nos óbitos por dengue no início de 2026, após um ano de 2024 trágico que compu-



No Espírito Santo a situação da dengue está controlada

tou mais de 5,8 mil mortes em todo o Brasil. Por isso, especialistas reforçam que a suspensão não deve ser interpretada como uma reprovação definitiva do imuni-

zante do Butantan, que mantém eficácia geral comprovada de 65% contra a infecção e de 85% no bloqueio de casos graves da doença. Para Amorim, a transparência

pública é um preceito amparado nos artigos 37 e 5º da Constituição e no artigo 7º da Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990). O manejo correto dos dados evita o silêncio institucional que gera boatos perigosos na internet, ao mesmo tempo em que coíbe o alarmismo exacerbado. "Precisamos de serenidade institucional. Episódios de suspensão preventiva e posterior retomada segura já ocorreram no passado com os imunizantes da AstraZeneca e da Pfizer durante a pandemia de Covid-19, sem prejuízos de longo prazo à confiança da população. A recomendação para o leitor capixaba é manter o acompanhamento atento das notas oficiais da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) e das diretrizes do Ministério da Saúde", conclui o advogado.



“Legislação assegura o direito à reparação civil integral, abrangendo danos materiais, morais e estéticos”

Eduardo Amorim, advogado

# Farley José ministra oficina de dança na FAFI

Atividade integra espetáculo "Suspende o Céu" e foca na percepção corporal, tempo e espaço

REDAÇÃO MULTIMÍDIA  
jornalismo@eshoje.com.br

A Escola Técnica de Teatro, Dança e Música FAFI, no centro de Vitória, recebe no próximo dia 13 de junho a oficina "Tecnologias de Suspensão". A atividade prática integra a programação oficial do espetáculo "Suspende o Céu" e propõe uma imersão profunda em procedimentos corporais voltados à presença, à concentração e à relação do corpo com o espaço.

Com quatro horas de duração, a formação é voltada para maiores de 16 anos, incluindo artistas, estudantes e interessados em geral, sem necessidade de experiência prévia na área. As inscrições seguem abertas até 10 de junho via formulário online.

Em entrevista a ES Hoje, o artista e dançarino Farley José conversou sobre o processo do espetáculo e detalhou a construção da oficina. Segundo ele, os participantes terão acesso direto aos métodos criativos desenvolvidos para a obra, exercitando elementos essenciais como movimento, respiração, imaginação, escuta e escrita, unindo dança, dramaturgia e recursos sensoriais.



“Comecei a buscar formas mais sustentáveis de me relacionar com o tempo, com o trabalho e principalmente com meu próprio corpo”

**ES Hoje: Como nasceu a ideia da oficina a partir de Suspende o Céu?**

**Farley José:** A oficina nasceu do desejo de compartilhar os processos de pesquisa que deram origem à criação de 'Suspende o Céu'. Durante o desenvolvimento do espetáculo, fui reunindo práticas corporais, reflexões e experimentações ligadas à saúde mental, ao esgotamento e à necessidade de criar espaços de respiro em meio às exigências do cotidiano. Mas essas investigações não surgiram apenas no contexto da criação artística. Muitas delas fazem parte de um processo pessoal de reorganização da vida após um episódio de burnout que vivi em 2022. Naquele momento, comecei a buscar formas mais sustentáveis de me relacionar com o tempo, com o trabalho e principalmente com meu próprio corpo. Ao longo dos anos, essas experiências foram se transformando em procedimentos de pesquisa, treinamento e criação. Com o tempo, percebi que esses materiais poderiam existir para além da cena e se tornar uma experiência coletiva, permitindo que outras pessoas acessassem essas investigações através do próprio corpo e memória delas.

**O que são as "tecnologias de suspensão" que dão nome à atividade?**

As tecnologias de suspensão são práticas e estratégias que nos ajudam a interromper, ainda que temporariamente, os ritmos acelerados que organizam a vida contemporânea. Não se trata de ferramentas digitais ou dispositivos técnicos, mas de modos de atenção, escuta, presença e imaginação que possibilitam criar pausas, deslocar automatismos e ampliar a percepção sobre nós mesmos e sobre o mundo. Na oficina, essas tecnologias aparecem através do movimento, da respiração, da improvisação, escrita e de exercícios de sensibilização corporal.

**Como questões como ansiedade e desaceleração aparecem no seu trabalho?**

Esses temas surgem como questões profundamente contemporâneas. Vivemos em uma sociedade que frequentemente associa valor humano à produtividade, ao desempenho e à capacidade de estar sempre disponível. Em Suspende o Céu, me



Farley ministra oficina "Tecnologias de Suspensão" dentro da programação da peça "Suspende o Céu"

interessa investigar como esses atravessamentos afetam nossos corpos, nossas relações e nossa saúde mental. A ansiedade aparece como um sintoma desse contexto, enquanto a desaceleração surge como uma possibilidade de escuta, cuidado e reconexão com outras temporalidades da vida.

**O que os participantes irão experimentar durante a oficina?**

A oficina propõe uma experiência prática baseada em exercícios de consciência corporal, improvisação em dança, atenção à respiração e investigação das relações entre corpo, espaço e tempo. Não é necessário ter experiência prévia em dança. O foco está menos na execução de

movimentos específicos e mais na construção de um espaço de experimentação, onde cada participante possa perceber seus próprios ritmos, ampliar a escuta do corpo e explorar diferentes modos de presença.

**O que você espera que o público leve dessa vivência?**

Espero que as pessoas saiam da oficina com uma percepção mais ampliada sobre seus próprios modos de existir e de habitar o tempo. Mais do que oferecer respostas, a proposta busca abrir perguntas e uma vivência que possa continuar se expandindo depois do encontro. Se alguém sair com mais recursos para reconhecer seus limites, valorizar seus momentos de pausa e construir rela-

ções mais cuidadosas consigo e com o mundo, já considero que a oficina cumpriu um papel importante. É uma semente para tentar construirmos uma memória coletiva de saúde e maior presença dos nossos corpos no tempo.

## SERVIÇO

### Espectáculo "Suspende o Céu"

- **DATA:** 11 a 13 de junho, às 20h 14 de junho, às 19h30
- **LOCAL:** Casa da Música Sônia Cabral (Vitória, ES)
- **OFICINA:** "Tecnologias de Suspensão"
- **DATA:** 13 de junho, das 08h às 12h
- **LOCAL:** Fafi
- **INSCRIÇÕES:** gratuitas

FOTOS: DIVULGAÇÃO

# PUBLICAÇÃO LEGAL

EDITAIS • COMUNICADOS • BALANÇOS • CONVENÇÕES • PRESTAÇÕES DE CONTAS



ESHOJE® QUINTA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2026 )) WWW.ESHOJE.COM.BR )) BIANCA@ESHOJE.COM.BR )) ANUNCIE: (27) 2180-0678 PAG.1



CNPJ/MF nº 33.931.494/0001-87  
NIRE: 32300024424

(Companhia Fechada / Closed Company)

## ATA DA 32ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA COREANO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

**Data, hora e local:** No dia 30 de abril de 2026, às 10h00min, na sede social da Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco ("Kobrasco" ou "Companhia"), localizada na Av. Dante Michelini, 5500, 7ª usina, Parque Industrial, CEP: 29.090-900, na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. **Ordem do Dia:** 1. O exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras (BRGAAP), acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 2. O exame, discussão e votação da Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 3. A reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. 4. A fixação da remuneração global e anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. Vitória- ES - Brasil, 30 de abril de 2026. **Leonardo Gava** - Secretário. O ato foi registrado na JUCEES, em 20/05/2026, sob nº 260947121. Protocolo: 260947121 de 14/05/2026 e sua versão na íntegra no site: <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>



CNPJ/MF nº 33.931.494/0001-87  
NIRE: 32300024424

(Companhia Fechada / Closed Company)

## ATA DA 55ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA COREANO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2026

No dia 14 de abril de 2026, às 9h00min, realizada por videoconferência, conforme permitido pelo artigo 16, §3 do Estatuto Social da Companhia, na sede social da COMPANHIA COREANO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - KOBRASCO ("Companhia"), situada na Av. Dante Michelini, 5500, 7ª usina, Parque Industrial, na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, e escritórios da Vale no Rio de Janeiro - Brasil, Tóquio - Japão, escritórios da Posco no Rio de Janeiro - Brasil e Seul - Coreia do Sul. Assim sendo, foram deliberados e aprovados, por unanimidade dos conselheiros presentes, os seguintes assuntos: (...) 1. A lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos. 2. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, seguidos da opinião do auditor, foram apresentados, examinados e considerados apropriados, com a aprovação unânime dos membros do Conselho. Também aprovada por unanimidade a submissão dos assuntos à deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária. 3. A destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 134.306.476,16 (cento e trinta e quatro milhões, trezentos e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezesseis centavos), nos termos da Proposta da Administração. 4. O orçamento de Investimentos plurianual revisado da Companhia para o Ciclo 2026-2030, no montante total de R\$ 869.978.429,13, sendo o total de R\$ 136.429.163,95 específico para 2026. 5. Foram apresentadas, para conhecimento dos membros deste Conselho, as mais recentes projeções de resultados operacional, econômico e financeiros para o ano de 2026, 2027 e 2028. 6. A reeleição do Sr. **Herynson Nunes Nascimento**, como **Diretor Superintendente** da Companhia, e reeleição do Sr. **Leonardo Gava**, para o cargo de **Diretor** da Companhia. 7. Os membros do Conselho de Administração foram informados sobre o término dos atuais mandatos. Ainda, foram informados que as acionistas Vale S/A e POSCO irão recomendar a reeleição dos atuais 08 membros por elas indicados. 8. De acordo com o sistema de rodízio anual definido na cláusula 2.5.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, o Conselho de Administração recomendou à Assembleia Geral de Acionistas a eleição do Sr. **Yong Gun Kang**, indicado pela POSCO, como Presidente do Conselho de Administração para o período de 01 de maio de 2026 até 30 de abril de 2027. 9. Por fim, o Conselho de Administração solicitou à Diretoria que preparasse e enviasse a convocação para Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 30 de abril de 2026. **SECRETÁRIO** - Leonardo Gava. O ato foi registrado na JUCEES, em 12/05/2026, sob nº 20260923125. Protocolo: 260923125 de 11/05/2026 e sua versão na íntegra no site: <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>



CNPJ/MF nº 27.240.092/0001-33 - NIRE: 32.3.0000.309-5  
(Companhia Fechada / Closed Company)

## ATA DA 52ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA HISPANO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - HISPANOBRÁS, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

**Data, Hora e Local:** No dia 30 de abril de 2026, às 13h, na sede social da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás ("Hispanobrás" ou "Companhia"), localizada na Av. Dante Michelini, 5.500, Parque Industrial, na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo. **Ordem do Dia:** 5.1. Exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras (BR-GAAP) da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 5.2. Exame, discussão e votação da Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 5.3. A reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. 5.4. Fixação da remuneração global e anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. Vitória-ES - Brasil, 30 de abril de 2026. **Leonardo Gava** - Secretário. O ato foi registrado na JUCEES, em 20/05/2026, sob nº 20260948900. Protocolo: 260948900 de 14/05/2026 e sua versão na íntegra no site: <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>



CNPJ/MF nº 27.251.842/0001-72 NIRE: 32.3.0000161-1  
(Companhia Fechada / Closed Company)

## ATA DA 52ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA NIPO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - NIBRASCO, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

Local, data e hora: Na sede social da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco ("Companhia" ou "Nibrasco"), localizada na Avenida Dante Michelini, 5500, Parque Industrial, CEP: 29.090-900, na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, no dia 30 de abril de 2026, às 8h00min (horário de Brasília). 5. Ordem do dia: 5.1. O exame, discussão e votação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras (BRGAAP), acompanhados do Relatório dos Auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 5.2. O exame, discussão e votação da Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 5.3. A eleição e reeleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. 5.4. A fixação da remuneração global e anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. Vitória - Brasil, 30 de abril de 2026. **Leonardo Gava** - Secretário. O ato foi registrado na JUCEES, em 29/05/2026, sob nº 20260947393. Protocolo: 260947393 de 28/05/2026 e sua versão na íntegra no site: <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>



CNPJ/MF nº 27.240.092/0001-33  
NIRE: 32.3.0000309-5

(Companhia Fechada / Closed Company)

## ATA DA 40ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA HISPANO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - HISPANOBRÁS REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2026

No dia 16 de abril de 2026, às 10h (Horário de Brasília) e 15h (Horário da Europa Central), realizada de forma exclusivamente digital, por meio de conferência eletrônica, conforme permitido pelo artigo 15, §2 do Estatuto Social da Companhia. Assim sendo, foram deliberados e aprovados, por unanimidade dos conselheiros presentes, os seguintes assuntos: (...) 1. Aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos; e 2. Foram informados sobre os resultados de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, Operacionais, econômicos e Financeiros de 2025. 3. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, seguidos da opinião do auditor, foram apresentados, examinados e considerados apropriados, com a aprovação unânime dos membros do Conselho. Também foi aprovada por unanimidade a submissão dos assuntos à deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária. 4. Proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor total de **R\$ 66.967.580,65** (sessenta e seis milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos), conforme a Proposta da Administração. 5. Foram informados sobre as projeções econômico-financeiras da Companhia para os anos de 2026 a 2028, incluindo o orçamento plurianual de investimentos revisado da Companhia. 5.7 Os membros do Conselho de Administração foram informados acerca do término dos atuais mandatos. Ademais, foram cientificados de que a acionista Vale S.A. recomendará a reeleição dos quatro (4) membros por ela indicados, bem como de que a acionista ArcelorMittal Espanã S/A recomendará a reeleição dos três (3) membros por ela indicados e futuramente indicará um quarto membro. 5.8. De acordo com o sistema de rodízio anual definido na cláusula 2.4.3 do Acordo de Acionistas da Companhia, o Conselho de Administração elegeu o Sr. **Fabiano Cunha Burns**, indicado pela Vale S/A, como **Presidente do Conselho de Administração** para o período maio/2026 até abril/2027. 5.9. Aprovaram a reeleição dos Srs. **Herynson Nunes Nascimento**, como **Diretor Superintendente** da Companhia, e **Leonardo Gava**, para o cargo de **Diretor sem Designação específica** da Companhia. 5.10. O Conselho de Administração solicitou à Diretoria preparar e prosseguir com a convocação para a Assembleia Geral de Acionistas. Certifico que a presente é cópia fiel da Ata da 40ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia Hispano Brasileira de Pelotização - Hispanobras, realizada em 16 de abril de 2026, lavrada no livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. **SECRETÁRIO** - Leonardo Gava. O ato foi registrado na JUCEES, em 12/05/2026, sob nº 20260933910. Protocolo: 260933910 de 11/05/2026 e sua versão na íntegra no site: <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>



CNPJ/MF nº 27.251.842/0001-72  
NIRE 32.3.0000161-1

(Companhia Fechada)

## ATA DA 46ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NIPO-BRASILEIRA DE PELOTIZAÇÃO - NIBRASCO REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2026

No dia 27 de abril de 2026, às 14h, realizada no lino Hall (lino Building, 2-1-1 Uchisaiwaicho, Chiyoda Ward), Tóquio-Japão. A reunião foi devidamente convocada nos termos do artigo 13, parágrafo terceiro do Estatuto Social da Companhia. Assim sendo, foram deliberados e aprovados, por unanimidade dos conselheiros presentes, os seguintes assuntos: (...) 5.1 A lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos. 5.2 O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, seguidos da opinião do auditor, foram apresentados, examinados e considerados apropriados, com a aprovação unânime dos membros do Conselho. Também aprovada por unanimidade a submissão dos assuntos à deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária. 5.3 A destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor total de R\$ 234.498.075,94 (duzentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, setenta e cinco reais e quatro centavos). 5.4 A atualização da Carteira Plurianual de Investimentos da Companhia para o valor total de R\$ 1.239.816.202,51 (um bilhão, duzentos e trinta e nove milhões, oitocentos e dezesseis mil, duzentos e dois reais e cinquenta e um centavos). 5.5 Foram informados sobre as projeções econômico-financeiras da Companhia para os anos de 2026, 2027 e 2028, que suportaram a decisão da destinação do resultado do ano de 2025 conforme item 5.3. 5.6 A reeleição do Sr. **Herynson Nunes Nascimento**, como **Diretor Superintendente** da Companhia, e reeleição do Sr. **Leonardo Gava**, para o cargo de **Diretor** da Companhia. 5.7 A eleição do Sr. **Fabiano Cunha Burns** para Presidente do Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao Sr. **Tomomi Mori**, pelo prazo de 1 ano, a partir de maio/26 até abril/27, conforme sistema de rodízio definido na cláusula 6.3 do Acordo de Acionistas da Companhia. 5.8 Os membros do Conselho de Administração foram informados sobre o término dos atuais mandatos. Ainda, foram informados que a acionista Vale S/A irá recomendar a reeleição de 04 dos atuais membros e a eleição da Sra. **Lindaura de Souza Candido D'avila** em substituição ao Sr. **Jaehyun Park**, e que os acionistas do Grupo JP indicarão a reeleição de 04 dos atuais membros e a eleição do Sr. **Shizuo Yamada** em substituição ao Sr. **Tomoyuki Kawashima**. Foi solicitado aos Diretores da Companhia que encaminhassem a eleição/reeleição dos membros do Conselho de Administração, conforme indicado pelos acionistas, para aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária. 5.9 Por fim, O Conselho de Administração solicitou à Diretoria que preparasse e enviasse a convocação para Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 30 de abril de 2026. Japão, 27 de abril de 2026. **Leonardo Gava** - Secretário. O ato foi registrado na JUCEES em 29/05/2026, sob nº 20260936766 Protocolo: 260936766 de 11/05/2026 e sua versão na íntegra no site: <https://eshoje.com.br/noticias/publicacao-legal/>

## Publicação Legal

Certificação Digital  
credenciada pelo  
ICP-Brasil

Meio  
Impresso e  
digital

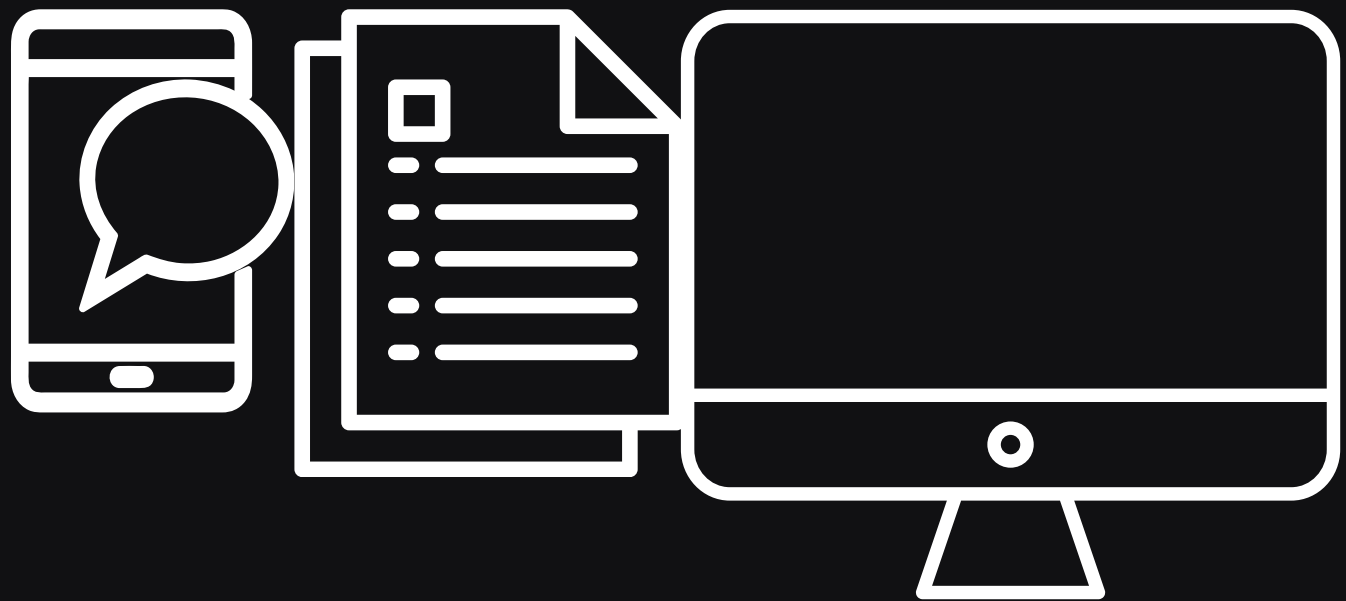
Atas,  
Licença  
Ambiental,  
Balanço,  
Edital e,  
Atos Oficiais

Contato Comercial  
**Bianca Coutinho**

bianca@eshoje.com.br  
27 2180-0678



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



**Somos diário.  
Seja no impresso e no  
digital.**

Aqui você realiza, no melhor preço  
de mercado, a sua publicação legal.

**Certificação Digital credenciada pelo  
ICP-Brasil**

**Atas, Licença Ambiental, Balanço, Edital e,  
Atos Oficiais**

Contato: Bianca Coutinho  
bianca@eshoje.com.br



**ESHOJE<sup>®</sup>**

**ANJ**